

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : A Crítica
Manaus-AM
DATA : 18.09.85

CLASS. : 140
PG. : _____

Universidade 4468 condena concessão

A Associação dos Docentes e Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas, reunidos em assembléia geral, na última segunda-feira, resolveram tirar uma carta aberta a Presidência da República e a comunidade em geral, denunciando, assim, a publicação dos alvarás para pesquisa mineral em área indígena, pelo DNPM.

Eles repudiaram "atuação criminosa e terrorista do diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM —, José Belfort dos Santos Bastos, por ter deferido, ilegalmente, 127 alvarás de pesquisa mineral, sem considerar o parecer contrário, emitido pela Funai e pelo próprio órgão que dirige, por se referir as áreas indígenas localizadas em Roraima, Pará e Amazonas".

Consta na carta aberta que o deferimento dos alvarás era para que o "citado cidadão viesse a concretizar o seu crime, fazendo com que o novo presidente da Funai, Alvaro Villas Boas, anteriormente denunciado pelos índios do Sul do país de "Mengele dos índios" demitisse do quadro de funcionários da Funai 23 antropólogos e indigenistas que haviam negado os alvarás de concessão de pesquisa, para que o crime se consumasse".

Mesmo passando por cima das declarações públicas do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de que não permitiria a concessão para pesquisa mineral em áreas indígenas, "o senhor Belfort, em manobra criminosa, fez publicar no Diário Oficial da União, no dia 11 deste, os 127 alvarás de concessão de pesquisa de mineração para empresas mineradoras", consta no documento.

Devido as atitudes e declarações do diretor-geral do DNPM, e a conivência criminosa do senhor Alvaro Villas Boas, a ADUA e a ASSUA pedem ao Presidente da República e às autoridades constituídas, a imediata admissão dos 23 antropólogos e indigenistas no quadro de funcionários da Funai, além de que sejam tomadas providências no sentido de apurar estes "crimes contra a vida, o patrimônio e as nações indígenas" e que os envolvidos sejam punidos de conformidade com as leis vigentes no país, assinaram.

De acordo com matéria veiculada pela EBN — Empresa Brasileira de Notícias —, Aureliano Chaves declarou que "foi um engano do DNPM a publicação do "Diário Oficial" dos 126 "alvarás para a exploração mineral em áreas indígenas, condicionados a posterior apreciação jurídica". O ministro observou que, assim que tomou posse no MME proibiu qualquer atividade mineral nas reservas destinadas aos índios. Mas, segundo o ministro, "O DNPM se esqueceu dessa recomendação", e autorizou a publicação dos alvarás. Ele atribui este engano, também, ao fato de existir decreto do governo passado, que autorizava esse tipo de atividade em áreas indígenas, e sua liberação, por parte do DNPM.

O professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas, Ademir Ramos, ao explanar sobre as declarações de Aureliano Chaves, observou que "a emenda saiu pior do que o soneto vista que, em justificar o engano do DNPM e o esquecimento de suas recomendações deveria, o ministro, tomar imediatas providências para sustar os tais alvarás".

Ademir comentou que, em nome do esquecimento e do engano "vários genocídios e etnocídios já foram perpetrados", exemplificando as "grandes perdas" dos Waimirim-Atroaris que se deram por esquecimento e engano, além de tantos outros povos na América". Ele falou que o DNPM já vinha pressionando a Funai desde os dois últimos presidentes e que, agora, contando com a "visita grossa" dos Villas Boas, o tal "engano" fora cometido. O professor da UA falou que essa liberação de alvarás vem responder a mais de 200 solicitações que se encontravam no DNPM. "É preciso que se tome providências enérgicas". Ele também lembrou que o principal responsável para tal "medida inimiga" dos índios é José Belfort, "que conta com um grupo interessadíssimo na exploração mineral em detrimento das nações indígenas". Ademir Ramos considera tal ato como um patrocínio para o extermínio dos índios, mas fala que a resposta virá dos próprios indígenas, "que crescem em suas mobilizações", concluiu.